

# Diário da Assembléia

Nº 3.046

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 1974

ANO IX

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÕES TÉCNICAS

#### 7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quielise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Setto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel — Quielise Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 84ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 4 de Junho de 1974 (Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Basílio Zanusso.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsir — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gliberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Quiesse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Domicio Scaramella e Xenofonte Villanueva. (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à  
**ORDEM DO DIA**

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 203-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — PREMEN e a Universidade Federal do Paraná — UFP, objetivando a execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para professores leigos em Ciências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — **Aprovado**.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 26 de junho de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — PREMEN e a Universidade Federal do Paraná — UFP, objetivando a execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para Professores Leigos de Ciências, em exercício no Estado do Paraná, com a intervenção da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná e do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura — DEF.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973.

**PRESIDENTE**  
 (Assinatura Ilegível)  
 Ovidio Franzoni  
**RELATOR**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER**

A PROPOSIÇÃO N.º 203-73

1 — A proposição era em exame constitui-se da Mensagem Governamental n.º 68-73, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado em 26 de junho de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, e Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — PREMEN e a Universidade Federal do Paraná — UFP, objetivando a execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para Professores Leigos de Ciências em exercícios no Estado do Paraná, com a intervenção da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná e do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura — DEF.

2 — O Senhor Chefe do Poder Executivo, através da Mensagem n.º 68-73, exercitou a competência que lhe é deferida pelo artigo 47, inciso IX, da Constituição do Estado, cabendo a esta Casa referendá-lo na forma do artigo 22, inciso VII, da mesma Constituição, e que ora fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973.

**PRESIDENTE**  
 (Assinatura Ilegível)  
 Ovidio Franzoni  
**RELATOR**  
 (Assinatura Ilegível)  
 (Assinatura Ilegível)

**PARECER**

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

1. Tratam os Autos do Projeto de Resolução n.º 60-73, ex-Proposição n.º 203-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná,

através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — PREMEN —, e a Universidade Federal do Paraná — UFP —, objetivando a execução de um curso de licenciatura parcelada para Professores leigos de Ciências, em exercício no Estado do Paraná, com a intervenção da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná e do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura (DEF).

2. Respalçado pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de firmar acordos e celebrar convênios havendo já a douda Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade em R. Parecer de fls.; tendo-se em conta o evidente interesse da administração pública e os benefícios que advirão ao Estado do Paraná, no setor da educação, quando da execução do referido Convênio; finalmente, considerando-se que as implicações de ordem financeira são as naturais decorrentes de tal tipo de cometimento, não ve, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de manifestar-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Resolução em testilha.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Ass. ilegíveis)

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**

**PARECER ao**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60-73**

De autoria da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, o Projeto de Resolução em exame, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — PREMEN —, e a Universidade do Paraná, objetivando a execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para Professores leigos em Ciências, em exercício no Estado do Paraná, com a intervenção da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Paraná e do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura.

Do ponto de vista desta Comissão Técnica, entendo que a Resolução está em perfeitas condições de ser aprovada.

Sala das Comissões, em de de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegíveis)

**MENSAGEM**

68-73

Curitiba, 3 de agosto de 1973

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia de Convênio celebrado em 26 de junho de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN) e a Universidade Federal do Paraná (UFP), objetivando a execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para Professores Leigos de Ciências, em exercício no Estado do Paraná, com a intervenção da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná e do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura (DEF).

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero à Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente da Assembléia Legislativa  
 no exercício do cargo de Governador do Estado

Convênio celebrado entre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), a Universidade Federal do Paraná (UFP) e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná para execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para Professores Leigos de Ciências, em exercício no Estado do Paraná, com a intervenção da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná e do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura (DEF).

O Programa de Expansão e Melhoria do Ensino, doravante designado como PREMEN, Órgão do Ministério da Educação e Cultura, instituído pelo Decreto 70.067, de 26 de janeiro de 1972, representado pelo seu Coordenador, Sr. Pery Porto; a Universidade Federal do Paraná, doravante designada como Universidade, representada pelo seu Magnífico Reitor, Dr. Eduardo Correa Lima, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, representada pelo seu titular, Dr. Luiz Gabriel Sampaio, a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná, doravante designada Faculdade, com sede em Curitiba, representada por sua Diretora, Professora Zélia Milleo Pavão, como Órgão interveniente executor, e o Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura (DEF), representado por sua Diretora, Professora Eurides Brito da Silva, como interveniente.

**CONSIDERANDO:**

- 1) que elevado número de docentes de Ciências e Matemática em exercício nas escolas de 1.º grau está constituído por professores leigos;
- 2) que esses docentes, se encontram de fato engajados profissionalmente na atividade do magistério como ocupação principal ou única;
- 3) que uma das componentes para a melhoria do ensino de Ciências e Matemática é a elevação dos padrões culturais, didáticos e pedagógicos desses professores leigos;
- 4) que a melhor forma encontrada para melhorar esses padrões sem afastar os professores de suas atividades docentes é a Licenciatura Parcelada;
- 5) que o Egrégio Conselho Federal de Educação, através do Parecer n.º 361-72, de 13.09.72 aprovou a modalidade de Licenciatura Parcelada que possibilita o aproveitamento de atividades desenvolvidas em serviço, para integralizar o tempo de duração da Licenciatura;
- 6) que o PREMEN, tendo em vista o mencionado Parecer n.º 361-72, submeteu ao mesmo Conselho os planos dessa Licenciatura Parcelada que foram aprovados pelo Parecer 1.481-72, de 15.12.1972;

FIRMAM o presente Convênio em que se estabelecem as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Cabará à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, através da FACULDADE DE EDUCAÇÃO, ministrar um Curso de Licenciatura Parcelada para Pro-

fessores Leigos de Ciências e Matemática, em exercício no Estado do Paraná, com duas turmas, num total de setenta (70) vagas, com início em julho de 1973.

**CLAUSULA SEGUNDA**

O Curso de que trata o presente Convênio, previsto no Parecer n.º 961-72 do Conselho Federal de Educação, obedecerá ao Plano de Licenciatura aprovado pelo mesmo Conselho através do Parecer n.º 1.481-72.

**CLAUSULA TERCEIRA**

O recrutamento dos candidatos ao Curso será feito pela Secretaria de Educação e Cultura, atendendo, de preferência, à rede oficial de ensino.

**CLAUSULA QUARTA**

A seleção dos candidatos será de inteira responsabilidade da UNIVERSIDADE, através de seus Órgãos competentes, devendo ser dada preferência aos candidatos situados na faixa de idade compreendida entre 22 anos completos a 40 incompletos.

**CLAUSULA QUINTA**

A UNIVERSIDADE se compromete a manter uma equipe docente e administrativa para permanente assistência ao Curso.

**CLAUSULA SEXTA**

A UNIVERSIDADE se obriga a apresentar ao PREMEN e à Secretaria de Educação, através da FACULDADE DE EDUCAÇÃO e da Coordenação do Curso, relatórios sobre o aproveitamento dos alunos após cada uma das sete (7) etapas da Licenciatura, de acordo com as "Diretrizes Gerais para os Cursos de Treinamento de Pessoal para o 1.º Grau" do PREMEN.

**SUBCLAUSULA ÚNICA**

O relatório final do Curso deverá conter uma análise crítica dos materiais utilizados durante todas as etapas da Licenciatura, especialmente naquelas em que os cursistas estiverem em serviço.

**CLAUSULA SETIMA**

Aos cursistas, dos quais se exigirá dedicação exclusiva ao Curso durante as etapas que envolvem atividades na UNIVERSIDADE, serão concedidas Bolsas de Estudo durante estas mesmas etapas.

**SUBCLAUSULA ÚNICA**

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA se compromete a liberar os cursistas que tenham vínculo funcional com a mesma, sem prejuízo de seus direitos e vantagens, para que possam cumprir o que preceitua esta Cláusula.

**CLAUSULA OITAVA**

Caberá a Secretaria de Educação e Cultura o pagamento de uma parcela correspondente à sua participação neste Convênio, devendo os recursos correrem por conta do Elemento de Despesa 3.1.4.0 — Encargos Diversos Subitem 17 — Acordos e Convênios, do Código 3004. 0101, 2002 — Diretoria de Administração. Esses recursos serão utilizados na manutenção dos cursistas.

**CLAUSULA NONA**

Os recursos provenientes da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, de que trata a Cláusula anterior, serão liberados dentro do seguinte Cronograma: Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros) em julho de 1973; Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros) em dezembro de 1973; Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) em junho de 1974 e Cr\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil cruzeiros) em dezembro de 1974.

**SUBCLAUSULA PRIMEIRA**

Os recursos de que trata esta Cláusula, serão mantidos pela UNIVERSIDADE em conta especial junto à Agência do Banco do Brasil S.A. de Curitiba, Paraná.

**SUBCLAUSULA SEGUNDA**

Trinta (30) dias após o término das etapas 1, 3, 5 e 7 do Curso, a UNIVERSIDADE prestará contas à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, dos recursos recebidos.

**CLAUSULA DECIMA**

O PREMEN colocará à disposição da UNIVERSIDADE a importância de Cr\$ 414.412,00 (quatrocentos e quatorze mil e quatrocentos e doze cruzeiros), obedecendo ao seguinte cronograma de desembolso:

COTA

DATA DA  
LIBERAÇÃOPARA ENCARGOS  
COM AS ETAPAS

Cr\$

1.º	junho 1973	1 e 2	124.480,00
2.º	Dezembro 1973	3	47.560,00
3.º	Março 1974	4	78.060,00
4.º	Junho 1974	5 e 6	112.948,00
5.º	Dezembro 1974	7	51.364,00

**SUBCLAUSULA PRIMEIRA**

Os recursos de que trata esta Cláusula deverão ser aplicados de acordo com o Anexo I, em despesas relacionadas com o Curso, bem como na aquisição de material e equipamento que serão incorporados ao patrimônio da UNIVERSIDADE ao término do Curso, devendo, no entanto, essa aquisição ficar condicionada aos objetivos do Curso e às exigências da melhor execução do respectivo planejamento didático e às normas estipuladas no Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.1967.

**SUBCLAUSULA SEGUNDA**

Para a execução do presente Convênio o PREMEN utilizará, em 1973, recursos do Projeto 5502.0902.1068-010-05 — Ensino de Ciências de Primeiro Grau, Elemento de Despesa 3.2.7.2-08. Para o restante dos custos do Convênio, serão utilizados recursos alocados nos futuros orçamentos do FNDE.

**SUBCLAUSULA TERCEIRA**

Os recursos de que trata esta Cláusula, serão remetidos pela Comissão de Administração do PREMEN para a UNIVERSIDADE que os manterá em uma conta especial, distinta da prevista na Subcláusula Primeira da Cláusula Nona, junto à Agência do Banco do Brasil S.A. de Curitiba, Paraná, ficando especificamente vedada a retirada de quaisquer importâncias que não obedeçam à alocação de recursos prevista no Anexo I.

**CLAUSULA DECIMA-PRIMEIRA**

As prestações de contas das cinco cotas mencionadas na Cláusula anterior serão encaminhadas pela UNIVERSIDADE à Comissão de Administração do PREMEN, até trinta (30) dias após o encerramento das etapas 2, 3, 4, 6 e 7, respectivamente.

**SUBCLAUSULA ÚNICA**

Qualquer irregularidade decorrente da inobservância de instruções sobre comprovação da aplicação dos recursos será de inteira responsabilidade da UNIVERSIDADE.

**CLAUSULA DECIMA-SEGUNDA**

A verificação do cumprimento das obrigações decorrentes do presente Convênio, caberá à Comissão de Administração do PREMEN e da Secretaria.

**CLAUSULA DECIMA-TERCEIRA**

Ao firmar este Convênio as partes convenientes se obrigam a cumprir, sem restrições, todas as suas Cláusulas, resultando de inobservância das mesmas a denúncia do Convênio. No caso de inadimplemento por parte dos Órgãos executores, a UNIVERSIDADE se obriga a devolver o numerário recebido e não aplicado ou cuja aplicação não tenha sido aprovada.

E, por estarem acordes, lavrou-se o presente Convênio que vai assinado pelas partes convenientes e interventientes.

Rio de Janeiro, Gb, 26 de junho de 1973.

Pery Porto — Coordenador do PREMEN

Luiz Gabriel Sampaio — Secretário da Educação e Cultura do Estado do Paraná

Eduardo Correa Lima — Reitor da Universidade Federal do Paraná

Zélia Miléo Pavão — Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná

Eurides Brito da Silva — Diretora do DEF/MEC

**ANEXO I****CONVENIO CELEBRADO ENTRE O PREMEN, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO PARANÁ — ORÇAMENTO — PROGRAMA**

ETAPAS	1.a etapa julho/73	2.a etapa ago. a dez/73	3.a etapa jan. e fev/74	4.a etapa março a jun/74	5.a etapa julho/74	6.a etapa ago. a dez/74	7.a etapa jan. a fev/75	Total por Elemento
<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>								
Coordenação e Administração	10.880,00	54.000,00	21.760,00	50.088,00	12.522,00	62.610,00	25.044,00	237.304,00
Aulas e Supervisão	9.600,00	11.520,00	16.800,00	9.936,00	5.520,00	13.248,00	19.320,00	85.944,00
Diárias	—	8.640,00	—	7.776,00	—	10.368,00	—	26.784,00
Transporte	—	1.440,00	—	1.280,00	—	1.680,00	—	4.380,00
Equipamento e Material Permanente	4.000,00	4.000,00	2.000,00	2.000,00	—	—	—	12.000,00
Material de Consumo	10.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	2.000,00	2.000,00	4.000,00	30.000,00
Encargos Diversos	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	500,00	500,00	1.000,00	6.000,00
Eventuais	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	12.000,00
<b>TOTAL POR ETAPA</b>	<b>37.480,00</b>	<b>87.000,00</b>	<b>47.560,00</b>	<b>78.060,00</b>	<b>21.542,00</b>	<b>91.406,00</b>	<b>51.364,00</b>	<b>414.412,00</b>
<b>COTAS</b>	<b>124.480,00</b>		<b>47.560,00</b>	<b>78.060,00</b>	<b>112.948,00</b>			

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quarta-feira, às 14.00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60-73.

Levanta-se a Sessão.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura****Ata da 85ª Sessão Ordinária**

Realizada em 4 de Junho de 1974

(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Erasílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo

Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo J. cornel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes. (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Domício Scaramella e Xenofonte Villanueva. (2)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

O F I C I O S :

Sob o n.º 171-74, do Senhor JOAQUIM FERREIRA, Presidente da União

Recreativa Ahú, comunicando a existência daquele Club, oriunda da fusão do Operário Sport Club do Ahú e Sociedade Cultural Beneficente Ahú, bem como sua Diretoria. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor SILVIO GALDINO DE CARVALHO LIMA, Secretário Executivo da Associação de Orientação às Cooperativas, comunicando seu afastamento do cargo de Coordenador Regional do INCRA, para assumir o cargo de Secretário daquela Associação. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 355-74, do Senhor OSMAR DE OLIVEIRA, comunicando haver assumido, em virtude do licenciamento do Senhor TERCIO ALVES ALBUQUERQUE, o cargo de Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 448-74, do Senhor ARMANDO MOIOLLI, Presidente da Câmara Municipal de Osasco — Sp., encaminhando cópia de Requerimento n.º 285-74, do Senhor Vereador JOSÉ ANTONIO COUSO AÉVALO. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor PEDRO KASSAB, Presidente da Associação Médica Brasileira, encaminhando informes sobre o "Dia do Médico", que será comemorado no dia 18 de outubro do corrente ano, bem como atos que, naquele sentido, foram aprovados em Mato Grosso e São Paulo. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 01-74, do Senhor RUY CARNASCIALI JÚNIOR, comunicando a eleição e posse da nova Diretoria da Federação de Vela e Motor. — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Igo Losso, solicitando seja reincluído na Ordem do Dia, com Urgência, o Projeto de Lei n.º 36-74.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado apelo ao General MÁRIO PORTES, Digníssimo Secretário de Segurança Pública, no sentido de que sejam apresentados os estudos para reajuste de vencimentos dos médicos contratados pelo Hospital da Polícia Militar do Estado, tendo em vista que os mesmos quase nenhum aumento percebem por alguns anos.

O presente pedido se faz ainda tendo em vista os recentes aumentos concedidos aos servidores públicos federais, estaduais e municipais e o novo salário mínimo, sem que todos estes fatores tivessem alterado o baixo "quantum" que percebem aqueles dedicados médicos que ali atendem os integrantes da nossa briosa Polícia Militar do Estado.

Sabedor ainda da alta generosidade e espírito de justiça de S. Exa., temos certeza de que a presente proposição encontrará o devido atendimento.

Sala das Sessões, 28 de maio de 1974.

(a) — Igo Losso.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que esta subscrevem, respeitosamente, vêm requerer se digne designar uma Comissão de Senhores Deputados a fim de representarem o Poder Legislativo na cidade de Foz do Iguaçu, de 6 a 8 do corrente mês, no Encontro Ruralista que ali se realiza.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1974.

(aa) — Luiz Roberto Soares  
Iris Caldart.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Em mais de uma oportunidade, protestamos contra a ausência de critérios para a fixação das tabelas cobradas por estacionamento particulares no centro de Curitiba, visto que a ausência de qualquer regulamento de poder público transformou esse serviço de utilidade essencial em fonte de lucros desmedidos e de exploração.

Segundo as estatísticas oficiais, Curitiba tem hoje mais de 120 mil veículos licenciados. A subordinação do tráfego no centro a uma disciplina que na prática aboliu o estacionamento nas vias públicas, sem que o Município mantenha parques públicos para a guarda de veículos. Assim ficou o usuário à mercê das empresas que exploram as áreas não edificadas, cobrando preços desmedidos e de fixação aleatória.

Tinhamos pronto Projeto de Lei atribuindo ao Estado fiscalizar a atividade, invocando um critério para a fixação das taxas, proporcionais ao valor venal da área utilizada. Quanto melhor situado o estacionamento maior o preço, mas dentro de um critério matemático que garantisse o usuário contra a ganância de proprietários.

Entretanto, parece-nos, ainda, que compete perfeitamente à SUNAB impor preços e fiscalizar o setor, da mesma forma como pode regulamentar outros serviços, como de barbearias e aqueles onde sua ação já é tradicional. Tendo havido alteração no comando daquele órgão federal, hoje entregue à Superintendência ao Agrônomo Pedro Tocafundo, encontramos anuência para nosso ponto de vista, parecendo pacífico que tabelar as taxas de estacionamento é medida de defesa à economia popular.

Portanto, ao invés de avocar para o Estado uma fiscalização onerosa, o Deputado que adiante subscreve requer, na forma regimental, faça esta Assembleia apelo oficial à SUNAB no Paraná para que baixe um tabelamento das tarifas a serem cobradas pelos estacionamentos particulares em todas as cidades com mais de cem mil habitantes, tomando por base de cálculo os valores venais dos imóveis ocupados, segundo os Mapas de Valores Imobiliários fixados pelos respectivos Municípios para efeitos fiscais. Assim agindo, estará o órgão regulador de preços defendendo lucros para os donos de estacionamentos e, principalmente, defendendo a população de uma minoria inescrupulosa.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1974.

(a) — Erondy Silvério

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Ilustrado Plenário desta Assembleia Legislativa, requer:

1.º — seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão um voto de congratulações ao Coronel Luiz Barbosa Wolf, em virtude haver assumido o Comando do 15.º Grupo de Artilharia de Campanha — GAC —, sediado na cidade da Lapa, Paraná.

2.º — seja, desta decisão, dada ciência ao Exmo. Sr. Comandante da 5.ª Região Militar e ao Coronel Luiz Barbosa Wolf.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1974.

(a) — João Fadel.

#### JUSTIFICATIVA:

O Coronel Luiz Barbosa Wolf, que vem de assumir o Comando do 15.º Grupo de Artilharia de Campanha, sediado na cidade da Lapa, neste Estado, é militar que goza do mais alto conceito em todos os escalões do Exército Nacional e, fora dele, cidadão probo e consciente de suas responsabilidades comunitárias, pelo que, em todos os postos pelos quais passou, soube conquistar o respeito e fazer-se estimado pela coletividade.

Natural de Curitiba, o Coronel Luiz Barbosa Wolf apresenta uma eloquência de ofício, tendo desempenhado importantes funções, entre elas, ao lado de Presidente do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná — GETSOP —, quando lhe foi possível encaminhar soluções de problemas que há muito tumultuavam a região sudoeste do Estado, legalizando a posse e emitindo títulos de terras dentro da nova legislação em vigor, reconhecendo que a terra é de quem a ocupa e nela trabalha.

Agora, vem de assumir o Comando do 15.º Grupo de Artilharia de Campanha, unidade de gloriosa tradição no Paraná e onde, certamente, saberá dar continuidade à sua ação de soldado voltado para os problemas da segurança e do desenvolvimento da Pátria.

A Lapa rejubila-se em receber tão ilustre soldado e nós, que representamos a Legenda nesta Assembleia Legislativa entendemos justo a consignação do voto de congratulações ora requerido, pelo que, esperamos dos nobres Deputados o honroso e indispensável apoio ao Requerimento.

#### PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 75-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam transferidos para a jurisdição da 21.ª Ciretran, com sede em Irati, os serviços de trânsito dos Municípios de Imbituva e São Mateus do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1974.

(a) — João Mansur.

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste Plano de Lei não é outro senão o de ensinar maiores facilidades e conforto aos Municípios de Imbituva e São Mateus do Sul. A prática veio demonstrar que o objetivo anterior não foi alcançado. Na verdade, todo o movimento comercial, escolar, social, bem como problemas de ordem estatal centralizam-se em Irati. Considere-se ainda, que o acesso a Irati é mais cômodo, face as melhores condições de estrada. Somados todos esses fatores, evidencia-se o acerto da medida ora proposta, esperando-se portanto a aprovação desta Casa.

PROJETO DE LEI N.º 76-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Academia de Acordeão de Londrina", com sede em Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1974.

(a) — Olavo Ferreira.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que propomos seja declarada de utilidade pública vem promovendo a educação musical e cultural dentro da comunidade londrinense, através de cursos práticos e teóricos de música, como teoria, solfejo e ditado musical, ensinando aos jovens desenvolverem os seus talentos artísticos. O que representa maior cultura do povo. É de interesse do Estado que a iniciativa privada o ajude a desenvolver e manter tais meios de educação cultural, razão pela qual entendemos ser justo que outorguemos à Academia de Acordeão de Londrina, através de título legal, o reconhecimento de sua utilidade pública, a exemplo do que já foi feito pela Prefeitura Municipal de Londrina. Esperamos o apoio de nossos Pares a esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Amanhã haverá reunião, nesta Capital, dos proprietários de pequenos moinhos, os moinhos coloniais do nosso Estado.

Esta Casa tem acompanhado, bem como todo o Estado do Paraná, os reclamos, os apelos provenientes das mais variadas áreas do nosso Estado, através de Vereadores, de Prefeitos, de Associações, de Deputados Estaduais e Federais, apelos dirigidos ao Governo no sentido de que esses pequenos moinhos tenham liberdade para exercer as suas funções, industrializando o trigo produzido em nosso Estado.

Lamentavelmente o Governo tem se ensurdecido diante desses apelos e desses reclamos mantendo irreduzível o seu objetivo de fazer valer a Portaria n.º 210 de 1967 e com ela mais de 200 moinhos localizados na zona de produção de trigo em nosso Estado, estão impedidos de industrializar o produto e com isso esse produto percorre longas distâncias para a moagem do Estado de São Paulo e até mesmo do Estado da Bahia, fazendo com isto com que inúmeros obstáculos se coloquem ao aumento da produção do referido produto.

Nós sabemos perfeitamente que as despesas de transporte e outras, acarretam um acréscimo no preço do produto vendido ao consumidor; no seu retorno da industrialização, ele é vendido muito mais caro, aqueles que produzem.

Trata-se de um problema de justiça social. Os proprietários desses moinhos investiram capital à custa de sacrifícios, montaram uma indústria que hoje está impedida de funcionar alguns deles foram ameaçados até mesmo de pressão caso teimassem em colocar em funcionamento a sua pequena indústria.

Como se trabalhar, como se produzir?

Nos dias de hoje, lamentavelmente defende-se com essa política discriminatória uma minoria privilegiada, em detrimento de uma maioria que tem



direito adquirido, que precisa produzir e precisa trabalhar para o sustento de suas famílias e de seus dependentes.

Recebi, e creio, outros Deputados também receberam manifestação do Sindicato da Indústria do Trigo do Estado do Paraná, que defende também esta minoria privilegiada, favorecendo o surgimento de um grupo de privilegiados, em detrimento, favorecendo à indústria nacional. Está desestimulando a indústria nacional, a pequena indústria e favorecendo a indústria cujo capital na sua maioria é de origem externa; interesses escusos estão sobrepondo aos interesses do Estado do Paraná, porque, a par do preço justo ao trigo, a fórmula mais acertada de se impulsionar a produção, de se procurar um aumento de produção de trigo no nosso Estado, é liberando os moinhos coloniais para o desempenho de suas atividades e de suas funções.

Este pronunciamento tem a finalidade de protestar, em função da insensibilidade das setores responsáveis, e também de desejar que a reunião a ser realizada amanhã possa produzir frutos. possa conseguir resultados positivos, com a organização de uma associação ou de um sindicato que venha efetivamente defender os interesses da maioria dos industriais de trigo em nosso Estado.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em mais uma oportunidade, protestamos contra a ausência de critérios para a fixação das tabelas cobradas por estacionamento particulares no centro de Curitiba, visto que a ausência de qualquer regulamento do Poder Público transformou esse serviço de utilidade essencial em fonte de lucros desmedidos e de exploração.

Segundo as estatísticas oficiais, Curitiba tem hoje mais de 120 mil veículos licenciados. A subordinação do tráfego no centro é uma disciplina que na prática aboliu o estacionamento nas vias públicas, sem que o Município mantenha parques públicos para a guarda de veículos. Assim, ficou o usuário à mercê das empresas que exploram as áreas não edificadas, cobrando preços desmedidos e de fixação aleatória.

Porque na oportunidade se a Casa ainda lembra, nós solicitamos ao Prefeito Jaime Lerner, que fixasse uma tabela de preços para os estacionamentos de veículos. Dado ao grande abusivo que a maioria nem todo, evidentemente, que em toda lei, toda regra há exceção. Mas que uma grande maioria, cobrava pelos minutos que eles permaneciam sob a guarda do estacionamento do veículo.

E o Prefeito Jaime Lerner, respondendo a esta Casa disse que não era atribuição do Município. Nós discordamos da afirmativa do Sr. Jaime Lerner, porque, quem tem o poder de conceder, tem o poder de tabelar, de fiscalizar e de vigiar. Ora, os estacionamentos só são abertos, só funcionam com o alvará de localização expedidos pelo Departamento de Urbanização da Prefeitura Municipal. Ora, quem concede, fiscaliza. E o Prefeito, simplesmente, lavou as mãos e disse que não tinha poderes dentro da Lei para fiscalizar os preços dos estacionamentos.

Na oportunidade, nós redigimos um edital para ser submetido à apreciação desta Casa, a fim de que o Estado, não só em Curitiba, Capital do Estado, mas em todo o território do Estado do Paraná, pudesse encontrar uma forma de tabelar os preços cobrados pelo estacionamento que mantém sob sua guarda, os veículos.

Mas agora, parece-nos que surgiu um fato novo.

A SUNAB tem tabelado os serviços de tinturaria, de barbearia, enfim, de quase todas as atividades comerciais e industriais. Então, se a SUNAB tem poderes especiais talvez, baseada em Decreto-Lei, tem poder para tabelar o preço de uma tinturaria, para tabelar o preço de um corte de cabelo, de um corte de barba; também deve ter poderes este mesmo decreto, ou esta mesma portaria talvez, do Poder Central, para tabelar estes serviços.

Ora, quem pode mais, pode menos, tem naturalmente poderes para tabelar o preço a ser cobrado pelo estacionamento.

Então, nestas condições, hoje, enviamos um apelo que vamos ainda terminar a leitura.

"Tínhamos pronto Projeto de Lei atribuindo ao Estado fiscalizar a atividade, inovando um critério para a fixação das taxas, proporcionais ao valor venal da área utilizada. Quanto melhor situado o estacionamento, maior o preço, mas dentro de um critério matemático que garantisse o usuário contra a ganância de proprietários".

"A SUNAB pode impor preços e fiscalizar o setor, da mesma forma, como disse anteriormente, que fiscaliza outros ramos da atividade humana. Tendo havido alteração no comando daquele órgão federal, hoje entregue à superintendência do agrônomo Pedro Tocafundo, nosso amigo, o conhecido Tocafundo do Atlético Paranaense, encontramos anuência para nosso ponto de vista, parecendo pacífico que tabelar as taxas de estacionamento é medida de defesa à economia popular".

"Portanto, ao invés de avocar para o Estado uma fiscalização onerosa, subscrito um Requerimento para que, na forma regimental, esta Assembleia oficie ao Delegado da SUNAB para que baixe um tabelamento das tarifas a serem cobradas pelos estacionamentos particulares em todas as cidades com mais de cem mil habitantes, tomando por base de cálculo os valores venais dos imóveis ocupados, segundo os mapas de valores imobiliários fixados pelos respectivos Municípios para efeitos fiscais."

Assim estaria o órgão regulador defendendo lucros razoáveis, porque toda a atividade corresponde a um ramo de negócios. É evidente que, embora o investimento de capital não seja vultoso na construção dos estacionamentos, sempre se investe dinheiro e quem investe capital numa determinada atividade econômica, quem trabalha, tem que ter seu trabalho remunerado.

O que não podemos é assistir impassíveis, como representantes do povo, a determinados estacionamentos cobrarem mais caro do que uma diária de Hotel para guardar um veículo, mais caro, às vezes, do que o aluguel de um apartamento na cidade.

Cobram a primeira hora 5 cruzeiros e alguns até 10 cruzeiros. Reduzem, 10% do preço inicial, por horas subsequentes. Basta tomar um lápis e um pedaço de papel e ver que o estacionamento que cobra 5 cruzeiros pela primeira hora e 4 pelas horas subsequentes é que tem sob sua guarda um veículo durante quatro horas, vai cobrar 17 cruzeiros. Então é isto que qual, quer proprietário de veículo vai pagar para guardar seu veículo por meio expediente, que é o tempo que a pessoa gasta para locomover-se no centro comercial de Curitiba, fazendo serviços de banco, médicos etc.

Se paga 17 cruzeiros por dia, num mês vai pagar 510 cruzeiros para

guardar seu carro num espaço de 3x4, ou 12 metros quadrados. É o metro quadrado mais caro de Curitiba, o cobrado pelos estacionamentos. Um apartamento de 70 ou 80 metros quadrados é alugado por 500 cruzeiros por mês, por 24 horas, de cada dia, nos 30 dias do mês. É um estacionamento, por 4 horas, num espaço de 12 metros quadrados, cobra por mês o mesmo preço de um apartamento. É até mais caro que a diária de bons hotéis de Curitiba. Encontramos hotéis excelentes que, além do pousar, dão café substancioso pela manhã e cobram de 30 a 40 cruzeiros por dia.

Então vejamos os Senhores que o preço de um estacionamento é muito mais caro do que o preço de um hotel. Agora, nós sabemos que quem trabalha tem que ter o seu trabalho remunerado convenientemente. Mas não podemos, na qualidade de representantes do povo, permitir abusos de qualquer natureza, contra a economia popular.

O Sr. Fabiano Braga Côrtes — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — Informo a V. Exa. que o seu tempo já está terminado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu me inscribi para o Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Informo também a V. Exa. que está inscrito nas minhas anotações, para falar no Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Gostaria de concluir e sei que o nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes vai nos apoiar integralmente, porque é também brilhante e legítimo representante do povo e que também tem sentido, não só na própria carne, mas tem recebido reclamações dos seus munícipes curitibanos.

Este apoio que antecipadamente agradeço ao nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, será muito valioso, porque ele bem conhece o Dr. Pedro Tocafundo que é um homem extraordinário, patriota e está se desincumbindo a contento da espinhosa missão de Delegado da SUNAB do Paraná.

Tenho certeza que vai levar em conta este nosso apelo e vai tabelar o preço do estacionamento, do contrário só nos resta transformar todas estas palavras num Projeto de Lei que será sancionado pelo Sr. Governador do Estado. Então, ao Estado competirá fiscalizar, para que a economia popular seja resguardada contra aqueles que exploram um serviço que já é de utilidade pública — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tenho o prazer de anunciar a presença honrosa neste Plenário do Dr. Geraldo Bond Vereador e Presidente do Diretório Municipal da Aliança Renovadora Nacional de Francisco Beirão.

Concedo a palavra ao primeiro Orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos a oportunidade de ler no jornal "O Estado do Paraná" de ontem, um pronunciamento feito num Congresso Nacional, pelo nobre deputado Hermes Macedo, sob o seguinte título: "Turismo deve ter política revista".

Gostaria de fazer algumas considerações e trazer alguns dados que nós consideramos de grande validade. "Deficit" verificado na atividade turística do ano passado, 250 milhões de dólares, o Deputado Hermes Macedo preconizou na Câmara Federal, a necessidade da adoção de uma política que permita, a curto prazo, a solução do problema. Segundo dados agora conhecidos, o "deficit" da atividade turística brasileira no exterior e as receitas da entrada de turistas estrangeiros em nosso País, foi de 200 milhões de dólares em 1972, subindo para 250 milhões de dólares em 1973.

Com estas palavras, o Deputado Hermes Macedo iniciou seu pronunciamento na Tribuna da Câmara Federal, pedindo que houvesse maior atendimento no terreno turístico, que é também uma das grandes fontes de receita para o País.

Hoje, muitos países da Europa, como a Itália, têm como maior fonte de receita, o turismo. E o Brasil tem desprezado. Desprezado mesmo, esta grande fonte de riqueza.

Concluindo diz, que uma política de preços mais acessível, por parte da rede hoteleira, aliada à intensificação da promoção do nosso País no exterior, poderá constituir o binômio decisivo para a chamada "exportação irrisível" atinja níveis mais expressivos e alentadores. Entretanto, Sr. Presidente, gostaria de ler aos srs. Deputados, uma carta que recebi de um amigo dos Estados Unidos da América do Norte, brasileiro que lá vive há 9 anos. E que nos traz um subsídio de uma inoperância toda capital para este problema do turismo.

Diz esse meu amigo o seguinte: "Prezado amigo Olavo,

Ao ler a edição de outubro-novembro, do "BRAZILIAN BULLETIN" editado pelo Brazilian Trade Bureau em Nova York, fiquei orgulhoso por haver sido o Brasil escolhido, para receber o Congresso Mundial de Agentes de Viagens, em 1975.

Após ler todo o artigo, rico em dados estatísticos, os quais já eram do meu conhecimento, onde se compara o fluxo do turista americano dirigido à Europa, Caribe, Hawai, Oriente Médio, com o dirigido à América do Sul e em particular ao nosso Brasil, aprendi que há três tipos de "Turista Americano" e me senti obrigado a escrever esta, esperando que as minhas observações e análises contribuíssem para que venhamos nos colocar em posição de destaque no que se refere a Turismo. Vivendo e trabalhando aqui há nove anos, tendo já sido por 3 anos, presidente de um clube brasileiro e organizado uma viagem ao Brasil, aprendi que há três tipos principais de turistas americanos e aqui se incluem não somente os americanos de nascimento, mas também aqueles que aqui vivem e trabalham. O primeiro tipo, é o Turista Americano Aposentado, de um modo geral com idade superior a 65 anos e que, após economizar a vida inteira, faz uma viagem ao exterior. Este é o que viaja em grupo; muitos preferem os cruzeiros visitando vários países e a maioria indo para o Hawai, Oriente ou Caribe. O Brasil é desconhecido para esse grupo, o que aliás, a meu ver, não pesa muito pois, é o grupo que faz apenas uma única viagem e de um modo geral não se entusiasma com lugar algum e ao voltar não incentiva outros a que visitem lugares diferentes.

O segundo grupo, é composto por Americanos e Residentes Estrangeiros nos Estados Unidos. Este grupo é o de adultos que trabalham, tiram férias e viajam ao exterior, principalmente à Europa. A escolha do continente europeu se deve a dois motivos-óbvios e importantes: o primeiro é o étnico e o segundo, é PREÇO. Este sem dúvida alguma, dirige o americano para a Europa. Para ilustrar este ponto junto uma lista dos preços de viagens que

aqui nos são oferecidos ressaltando que há preços ainda mais baixos, como, por exemplo: San Francisco-Roma-San Francisco, por duzentos e dois dólares; San Francisco-Roma-San Francisco, por menos de trezentos dólares.

Estamos aqui com uma relação de pedidos de uma viagem de San Francisco para o Brasil custa um mil e 90 dólares, cerca de 7 mil e duzentos cruzeiros, mas se a passagem for comprada de San Francisco para o Brasil custa menos 2 mil e 497 cruzeiros e 50 centavos!

(Lendo): "Acontece que eles conhecem e ouvem falar de Londres, Roma, mas do Brasil as raras notícias que aqui aparecem nos jornais são aquelas notícias de cinco linhas, contando desastres de trem, incêndios ou coisas semelhantes. Este é um dos grupos mais fortes em número de pessoas e que vão e que gastam em hotéis, artigos manufaturados e, se gostarem, voltarão.

O terceiro e último grupo que também é número é o do Turista Americano Jovem. Neste grupo incluem aqueles que trabalham e aproveitam as férias para viajar, juntamente com os estudantes que se beneficiam de tarifas aéreas reduzidas, para jovens até 22 anos de idade. Este é o grupo que, tenho a impressão, o Brasil vem ignorando ou pelo menos subestimando o seu potencial. É o que aqui se chama "Teenager Market" e que atualmente dispõe de bilhões de dólares em viagens. Deste grupo todos aqueles que tenho conhecido e que já viajaram ao Brasil, são os maiores entusiastas e divulgam a nossa terra. Infelizmente o preço das passagens para o Brasil é, para a maioria deles, uma barreira intransponível, restando-lhes como única opção a Europa. Se considerarmos o fato de que centenas de milhares desses jovens que viajam, gastam uma média de 800 a 1.000 dólares cada um, nos países onde vão, num espaço de tempo de dois ou três meses, fácil é de verificar a renda em turismo que estamos perdendo e que continuaremos a perder, caso não haja uma revisão na política brasileira de turismo.

Por isto, Sr. Presidente, é que queremos ressaltar o problema levantado em boa hora no Congresso Nacional pelo Deputado Hermes Macedo porque é uma das rendas maiores que o Brasil pode ter.

A Itália vive do turismo estrangeiro. Não é a indústria automobilística, não é outra qualquer indústria que faz com que a renda per capita da Itália seja tão alta. É o turismo que faz com que ela seja um atrativo para a sua própria vida comunitária.

O Sr. Iris Caldart — Neste particular, considero o Estado do Paraná, um dos recantos, uma das cidades do Brasil que possui maior potencialidade neste setor. Há meses atrás nos referimos a esta indústria sem chaminés e dissemos que no Estado do Paraná, desgraçadamente o turismo é um luxo e não tem menor atenção por parte de nossas autoridades.

Tanto é verdade que a cidade de Foz do Iguaçu, onde estão localizadas as maravilhosas Cataratas do Iguaçu, consideradas no mundo inteiro e que atraem turistas da Europa, do Japão, de todas as partes do mundo, é a cidade mais abandonada e suja que conheço do interior de nosso Estado. É uma cidade que não oferece as mínimas condições para que os turistas que vêm da Europa sejam hospedados e recebidos condignamente. É uma vergonha para nós.

Fiz até um trocadilho naquela ocasião: "Foz do Iguaçu Capital do turismo nacional, para mim é a cidade da vergonha nacional".

Quero ressaltar que nem mesmo as pequenas coisas necessárias em matéria de turismo o Brasil cuida. O Estado do Paraná também não cuida.

Não cuida não sei porque, existe uma cidade que tem lá uma cratera, tem uma única rua chamada Avenida Brasil, que não é rua, ali, um buraco pede licença para o outro, para se instalar. Mas no centro, no meio dessa Avenida existe uma cratera que é denominada, em Foz do Iguaçu, Paraguai e Argentina. "O metrô de Foz do Iguaçu".

Então V. Exa. em boa hora, e o nobre Deputado Hermes Macedo também, focalizou este problema Turismo, que é um dos mais fáceis meios de divisas, de soma, é a indústria sem chaminés e este Brasil tem condições fabulosas para isto.

Receba V. Exa. o nosso apoio e o nosso incentivo e tantas vezes quantas forem possíveis juntos vamos enfrentar este problema Turismo, porque, não é somente as Cataratas do Iguaçu, não é só a Ponte da Amizade, não é só a Divisa da Argentina com o Paraguai, é Sete Quedas, é Vila Velha, é Paranaguá, é o Norte — aqui está Campo do Mourão por exemplo, Cascavel, a extrema necessidade e o grande valor daquela estrada, porque o turista sai de São Paulo, do Rio Grande do Sul, vem a Curitiba, vai a Foz do Iguaçu, volta para Campo do Mourão conhecer o Norte — porque o Norte também tem atrações e, sai pela estrada Castelo Branco.

Se o Paraná se interessasse mais por isto do que por outras coisas, eu acredito que outro seria o destino da nossa terra e da nossa gente, principalmente e inclusive também, no nosso setor de produção que hoje é uma calamidade pública.

Como V. Exa. bem sabe, o setor de produção é calamidade pública no Paraná. Duvido é lançar um repto a que me contestem que não é calamidade pública, o setor de produção do Paraná.

É calamidade pública!

O SR. OLAVO FERREIRA — Muito obrigado, nobre Deputado.

Estamos dirigindo também, vamos dirigir aqui um Requerimento cheio de considerandos, ao ilustre Presidente da EMBRATUR e PARANATUR, para que eles tomem conhecimento deste assunto que estamos abordando aqui.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. permito um aparte? (Assentimento). Gostaria de lembrar, apenas como subsídio já que V. Exa. aborda um assunto momentoso, que, é fácil atrair o turista, às vezes medidas pequenas mas simpáticas fazem com que o turista saia, fazendo propaganda de um País.

Lembro-me que em 1958, quando eu estive no Uruguai, o Uruguai dava uma quota de gasolina ao turista, o turista recebia ao passar a fronteira, um talão para abastecer o carro, no Uruguai e, quando ia pagar a conta do hotel, eles diziam: — Ah! Usted es extranjero? Então, eles faziam um desconto de 20% porque éramos estrangeiros. No Brasil, se descobrirem que o sujeito é turista eles põem uma taxa de turismo, quer dizer, além do sujeito pagar normalmente, ele paga taxa porque é turista, quer dizer, paga mais!

Então, como eu disse, são medidas pequenas. Isto foi em 1958 e eu fiquei anos contando isto: lá era assim, que eles tinham consideração com quem estava visitando o seu País, davam gasolina de graça, que eles chamam "nafta".

Então, são coisas pequenas mas que têm uma repercussão muito boa e fazem mostrar o entusiasmo que tem o povo, em mostrar o que tem a sua terra; quer dizer, a pessoa aqui no Brasil tem até medo de ser considerado um estrangeiro porque ela tem medo de ser explorada, de ser, afinal, que muita coisa ocorra aproveitando-se o fato de que ele, visitante, é um estrangeiro.

O SR. OLAVO FERREIRA — V. Exa. tem toda razão. Quando em 1968

nós fizemos uma viagem por toda a Europa, na Inglaterra assistimos um espetáculo fora do comum:

Nos grandes magasins tivemos oportunidade de verificar os preços de camisas inglesas; então haviam dois preços: para o nacional que era o inglês, e para o estrangeiro. Lá dizia: para o nacional o preço era pelo menos 30% mais caro; para o estrangeiro bastava que mostrasse a nossa carteira, o nosso passaporte porque os estrangeiros éramos nós, e recebíamos a mercadoria comprada na Inglaterra, a bordo do avião.

Vamos imaginar nobre Deputado, se aqui no Brasil uma vitrine estivesse assim com os preços estampados para os nacionais e para os estrangeiros, não sei se esta vitrine ficaria em condições do dia para a noite, porque seria apedrejada, isto porque a Inglaterra faz isto para incentivar atraindo o turista, entra divisas para ela. A mesma coisa na Itália. O sorveteiro procura aprender francês, inglês, alemão, para poder falar diversas línguas para se comunicar melhor e melhor servir o estrangeiro que o visita. Isto é impressionante quando descemos em Portugal vivemos com vergonha do trato do próprio carregador de malas, com que amabilidade, com que gentileza nos trata, assim como o próprio chofer de taxi, sem desmerecer nenhuma profissão, digo, professor de geografia ou de história brasileiro. Perdendo-me não vi nunca tanto conhecimento em geografia e história, como tem o chofer português. Uma das coisas mais lindas que eu vi, com o livro de história e de geografia para não cometerem algum erro crasso, com vergonha de não ter um procedimento à altura de um chofer de praça português, porque se aprimoram o melhor possível, para que aquele que lá chega sinta o calor do povo português. Eu fiquei com vergonha do tratamento que nós damos aqui aos portugueses no Brasil. Somos tratados com tanto carinho, com tanta amizade, com tanto calor e aqui nós devolvemos aos portugueses um tratamento bem desigual. Não é aquele que recebemos na Europa, nós, ao terminar, gostaríamos de concluir esta advertência que mandamos aos Presidentes da Embratur e da Paranatur. Por exemplo, as tarifas São Francisco-Rio de Janeiro no Brasil são três vezes mais caras. Sendo que as distâncias em quilômetros se equivalem. Foi explicado que o Governo Brasileiro não permitia que fossem as tarifas reduzidas. Não é o Governo, é uma grande empresa brasileira que proíbe que isto aconteça. Com o devido respeito à Empresa cujo nome não devo citar, porque todo mundo sabe, que é a Varig, tem um poderio extraordinário para que a tarifa não seja reduzida com prejuízo sério. Ela põe o interesse pessoal dela acima dos interesses brasileiros. O que não podemos aceitar. Outra razão, que eu vi, os dados sobre o Brasil não aparecem em qualquer anúncio ou em folhetos de viagem. É preciso que se transmita considerações às autoridades encarregadas do assunto, e que partem de um patricio ansioso por ver o Brasil conhecido no mundo todo, e ocupando o lugar a que tem direito por si só no turismo internacional, por esse pronunciamento do Deputado Hermes Macedo e por carta que recebemos do Sr. João T. Serpa, da Califórnia, de Sacramento, da Califórnia, se for necessário dou o endereço.

(Lê): "Em conversa com agentes de empresas de transporte aéreo, constatei com estranheza que uma passagem de ida e volta ao, digo de São Francisco a Roma custa aqui 444 dólares e uma passagem de ida e volta de São Francisco ao Rio de Janeiro custa o dobro, sendo que as distâncias em quilômetros se equivalem. Foi-me então explicado que o Governo Brasileiro não permitia que as tarifas fossem reduzidas.

Outra razão pela qual lhe envio os recortes de jornal anexos, é para mostrar que o Brasil não aparece em qualquer anúncio em agências de viagens, o que precisa ser corrigido. Esperando assim prestar uma colaboração ao meu País pela análise que pude fazer das várias categorias de turistas americanos, peço ao meu caro amigo que transmita essas considerações às autoridades encarregadas do Turismo no Brasil. Elas partem de um patricio ansioso por ver o Brasil conhecido no mundo todo e ocupando o lugar a que tem direito, por si só, no turismo internacional.

Sincera e atenciosamente,

JOÃO T. SERPA"

Esta a carta que recebemos de Sacramento de Califórnia, e se for necessário dou até o endereço dele. E nós estamos enviando aqui ao Presidente da PARANATUR e EMBRATUR o seguinte Requerimento:

"Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, expõe e solicita de Vossa Excelência o seguinte:

a) — considerando que o Brasil foi o País escolhido para sediar, em 1975, um Congresso Mundial de Agentes de Viagens;

b) — considerando que o nosso País é um dos que maiores potenciais em atrações turísticas apresenta, em razão de sua natureza privilegiada;

c) — considerando a necessidade que vem sendo reconhecida pelas próprias autoridades, de uma reformulação na política do turismo brasileiro, a qual se apresenta de todo ineficaz a se alcançar o seu pleno desenvolvimento, até que chegue a ser a verdadeira indústria sem chaminés, fonte das divisas que tanto necessitamos;

d) — considerando que a atual política, mesmo dentro do "Ano do Turismo", como foi o de 1973, mostrou-se totalmente fracassada, pois a receita turística do Brasil apresentou um déficit de 250 milhões de dólares, o que podemos considerar como um péssimo resultado;

e) — considerando que numa comparação estatística com os Países do continente norte-americano e europeu, as condições oferecidas por aqueles Países às atividades turísticas ficam muitíssimo além das que oferece o nosso Governo, principalmente no setor de preços;

f) — considerando que tais condições favoráveis atraem fatalmente o elevado número de turistas norte-americanos para a Europa e vice-versa;

g) — considerando que se faz necessária uma radical mudança de orientação a fim de se ter uma solução que possa, a curto prazo, diminuir o déficit que atualmente se verifica no campo do turismo e que, certamente, ensinará que tenhamos a médio e longo prazo o almejado superavit, solicita de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja encaminhada cópia deste expediente ao Doutor Paulo Manoel C. Protásio, Presidente da EMBRATUR e ao Doutor Gilberto de Abreu Pires, Presidente da PARANATUR, transmitindo o apelo desta Casa para que sejam feitos estudos e tomadas as medidas necessárias à revisão da nossa política turística, assim como cópia da carta anexa que recebemos de um brasileiro residente nos E.U.A., na qual analisa com dados reais, precisos a situação do turismo brasileiro, sugerindo soluções sanadoras de suas deficiências.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1974.

(a) Olavo Ferreira".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra, com satisfação, a presença no Plenário, dos Srs. Prefeito e vice-Prefeito Municipal de Apucarana.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 72-73, de autoria do Deputado Antônio Lopes Júnior, que dá nova redação ao artigo 3.º da Resolução n.º 19-69, de 15-06-69, já alterado pelo artigo 1.º da Resolução n.º 4-70, de 26-5-70. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 262-73, que aprova Convênio de Colaboração, celebrado entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE — e o Estado do Paraná, com a intervenção da Secretaria Geral, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, com finalidade que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 31-74, que aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, objetivando desenvolver programa sobre Estudo para Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 278-70, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Vila Alto, Município de Umuarama. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162-71, de autoria do Deputado Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Agricultura, criar uma Escola Agrícola no Município de Laranjeiras do Sul e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 250-71, de autoria do Deputado Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo construir o Colégio Estadual de Entre Rios, Município de Guarapuava, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38-72, de autoria do Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola, no Município da Lapa e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92-72, de autoria do Deputado Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual Agrícola, no Município de Salto do Lontra, para funcionar no próximo ano letivo e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169-72, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Reneópolis, Município de Sengés. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SDBSTITUTIVO. — Aprovado, pelo Substitutivo, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182-72, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184-72, de autoria do Deputado Quilise C. da Silva, que denomina "Amábilis Possoborn", o Grupo Escolar de Vila Olívia, Município de Astorga. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90-73, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo reverter à Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, os lotes de terra nrs. 1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 24 e 25, quadra 14, Vila São Joaquim, na referida cidade, tendo em vista sua não utilização pelo Estado aos fins a que se destinavam. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 271-73, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que denomina "Governador Bento Munhoz da Rocha Neto", o Grande Auditório do Teatro Guaíra. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 293-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 107-73, que dispõe sobre participação do Estado do Paraná, no Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 205-72, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Amigos de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 205-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Amigos de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1972.

(a) Wilson Fortes

## JUSTIFICATIVA:

A "Sociedade Amigos de Cruzeiro do Oeste" tem como finalidade: a filantropia, promoção de feiras e amostras, divulgando e promovendo as coisas de sua terra, além de outras atividades de caráter assistencial. Atividades estas que, por si só, justificam plenamente o Projeto em tela, dispensando qualquer outro argumento.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## Parecer ao Projeto de Lei n.º 205-72

I — Projeto de Lei de autoria do eminente Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a "Sociedade Amigos de Cruzeiro do Oeste".

II — Do exame do processo se constata que, efetivamente, a iniciativa atende a todos os requisitos da lei pertinente à matéria, e a justificativa apresentada nos convence de sua oportunidade.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Quilise Crisóstomo da Silva — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73-73, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que denomina "Ginásio Estadual Marilís Faria Pirotelli", o atual Ginásio Estadual da cidade de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 73-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Denominar-se-á Ginásio Estadual Marilís Faria Pirotelli, o atual Ginásio Estadual de Cascavel.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973.

(a) Odilon Reinhardt

## JUSTIFICATIVA

O presente plano de lei, apresenta como objetivo precípua, prestar justa homenagem e perpetuar a memória de quem no exercício de suas atividades, ou foram sempre relacionadas com o ensino, colocou tudo de si para o engrandecimento das coisas a que se dedicava.

A professora Marilís Faria Pirotelli, desaparecida trágica e prematuramente, sempre gozou no seio da sociedade de Cascavel o mais alto conceito e o mais digno respeito, pois, nascida em Curitiba, onde formou-se professora do ensino primário, transferiu-se para Cascavel onde exerceu sua profissão desde 1958 até o ano de 1967, quando foi nomeada para exercer o cargo de Inspectora Regional do Ensino, da 45.ª Inspectoria Regional do Ensino, que abrangia os municípios de Cascavel, Catanduvas, Capitão Leônidas Marques, Corbélia e Nova Aurora, cargo que exerceu com rara felicidade até a data de seu trágico falecimento.

Pessoa de fácil comunicação, atendia com eficiência e rara dedicação a todos que a procuravam para apresentar suas reivindicações, procurando agir com denodo e justiça, tratando a todos e a tudo que se relacionava com o cumprimento de seu dever, com a máxima atenção e cortesia.

Tornando seu ambiente de trabalho sempre acolhedor, pois o dom de liderança, dela emanava com natureza impressionante, fazendo com que seus auxiliares se tornassem naturalmente responsáveis por suas atribuições, jamais usou de seu cargo para impor-se e conseguir inimigos gratuitos.

Por ter sido a responsável pela criação e funcionamento do atual Ginásio Estadual de Cascavel, houveram por bem a direção e o corpo docente daquele estabelecimento de ensino, em reunião realizada a 23 de abril de 1973, conforme ata anexa, aprovar por unanimidade o nome da Professora Marilís Faria Pirotelli para patrono do Ginásio Estadual de Cascavel, que se aprovado o presente plano de Lei, passará a denominar-se "Ginásio Estadual Marilís Faria Pirotelli".

Por termos acompanhado de perto o trabalho daquela denodada mestra, e reconhecermos sua capacidade e dedicação, nos sentimos profundamente honrados com a oportunidade que nos foi proporcionada, de em nome da direção, do corpo docente e discente do Ginásio Estadual de Cascavel e do povo em geral daquele Município, de apresentar nesta Casa o presente Plano de Lei, que temos a absoluta certeza, pelo seu caráter de justiça e agradecimento terá total apoio por parte dos nobres Senhores Deputados, para sua aprovação, e o sancionamento por parte do Poder Executivo do Estado do Paraná.

## GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL

ATA N.º 22

Aos vinte e três dias do mês de abril de um mil novecentos e setenta e três, por convocação do Diretor do Ginásio Estadual de Cascavel, reuniram-se os Professores deste Ginásio, numa das salas de aula, às 17 horas. Tomando a palavra, o Diretor expôs o motivo da reunião: luto pelo trágico desaparecimento da Sra. Marilís Faria Pirotelli, colocando em votação a escolha do nome dela como Patrono do Estabelecimento. Os Professores reunidos foram unânimes em aceitar a sugestão sem apresentar nenhuma outra. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, secretária, pelo diretor do Ginásio e demais professores presentes.

VIRGINIO HENRIQUE CAMPARA — Diretor.

ELIZABETH LACET BATISTA — Secretária.

Isabel Campara — Demaris Broetto — Tânia M. Lancini — Ivonete Nicolau da Silva — Iris Helena Pedrotti — Suzanne Pierrard — Marlene Gaspar Ribeiro — Dulce Ribeiro Gaspar — Agripina Navarro — Jaime Brüning — Angela B. Orso — Teresinha M. Vieira — Genoveva T. Trindade — Maria Schäfer — Valmor José Beux — Laura T. Mokla — Gervy A. Amboni — Inésia C. de Freitas — Wally R. Bueno — Raquel M. Baggio — Nelson Soley — Alexandre Campara — Neuzei de Lima Santos — Pascoalina M. Vitorino — Maria B. Barbosa da Silva — Maria Elisabeth C. Leite — José Nicóla Vedana — Rosângela L. Pian.

Cascavel, 23-4-73.

Virgínio Henrique Campara — Diretor

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## Parecer ao Projeto de Lei n.º 73-73

Com o objetivo de denominar de "Marilís Faria Pirotelli", o Ginásio Estadual da cidade de Cascavel, o Ilustre Deputado Odilon Reinhardt propõe a consideração desta Assembleia o presente Projeto de Lei.



A matéria obedece as exigências do Regimento Interno e da Constituição, e a justificativa nos convence da oportunidade da homenagem.

Pela aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Quilise Crisóstomo da Silva — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Projeto de Lei n.º 73-73

Autor: Deputado ODILON REINHARDT

PARECER

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Odilon Reinhardt, denominando "Ginásio Estadual Marili Faria Pirotelli", o atual Ginásio Estadual de Cascavel.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, em sua devida oportunidade, opinou pelo acolhimento da proposição.

No âmbito que lhe é próprio, ou seja, opinar sobre todos os assuntos concernentes à instrução pública e particular, à educação e à cultura, não vemos razão para negar a pretendida homenagem àquela que foi a responsável pela criação e funcionamento do atual Ginásio Estadual de Cascavel, emprestando todo seu talento, capacidade e dedicação ao aprimoramento cultural da região.

Se não bastasse, a direção e o corpo docente do referido estabelecimento de ensino, houveram por bem, em memorável reunião realizada a 23 de abril de 1973, conforme ata anexa ao Projeto, aprovar por unanimidade o nome da mencionada educadora, para patrono do atual Ginásio Estadual de Cascavel.

Sem qualquer restrição, opino pelo ACOLHIMENTO da proposição para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em... de abril de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Alvaro Dias — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151-73, de autoria do Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo transferir para o Sistema Estadual de Ensino, o Ginásio Municipal "Rui Barbosa", da cidade de Arapoti. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado

#### PROJETO DE LEI N.º 151-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Sistema Estadual de Ensino, o Ginásio Municipal "Rui Barbosa", da cidade e Município de Arapoti, deste Estado.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezanove de Dezembro", em 02 de agosto de 1973.

(a) João C. Fadel

#### JUSTIFICATIVA

O Ginásio Municipal "Rui Barbosa", da cidade de Arapoti, é um estabelecimento onde estudam atualmente cerca de 240 alunos e onde lecionam 27 (vinte e sete) professores, obrigando a Prefeitura Municipal dispendir um montante mensal da ordem de Cr\$ 13.000,00 (treze mil cruzeiros), somente para pagamento dos salários dos mestres. Existem, ainda, as despesas de manutenção, com verbas de pronto pagamento e serviços de terceiros, que elevam para cerca de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) o encargo mensal do Executivo Municipal, a fim de manter o estabelecimento em pleno e normal funcionamento. Ora, é evidente ser demasiado pesado o onus de um só ginásio para aquela Prefeitura Municipal, que tem também sob sua responsabilidade cerca de 16 (dezesseis) escolas isoladas municipais, situadas em lugares distantes dos Distritos e em plena zona rural e que não podem ser abandonadas sob pena de infringência de dispositivo constitucional.

Assim, entendemos que o Poder Executivo poderia, para aliviar aquela responsabilidade da Prefeitura Municipal e, simultaneamente, ampliar as faixas de ensino do Ginásio Municipal "Rui Barbosa", incorporá-lo ao Sistema Estadual de Ensino, com aproveitamento de seu atual corpo docente integrado, em sua totalidade, por professores legalmente habilitados para o exercício do magistério.

Outros motivos que poderíamos aduzir quanto à oportunidade do presente Projeto de Lei deixamos ao entendimento dos nobres Deputados que, com integral vivência dos problemas financeiros das prefeituras municipais do interior do Estado, saberão bem justificar o apoio que encarecemos e esperamos para nossa proposição.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 151-73

De autoria do ilustre Deputado João C. Fadel, o presente Projeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo a transferir para o Sistema Estadual de Ensino o Ginásio Municipal "Rui Barbosa", do Município de Arapoti.

A proposição atende as exigências legais e constitucionais, estando portanto, em condições de ser apreciada e aprovada pelo Plenário.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 4-9-73.

(Assinatura ilegível) — Presidente

Deputado Avelise Crisóstomo da Silva — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

#### Comissão de Finanças

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 151-73

1 — A matéria ora em exame, de autoria do ilustre Deputado João C. Fadel, visa autorizar o Poder Executivo a transferir para o Sistema Estadual de Ensino, o Ginásio Municipal "Rui Barbosa", da cidade de Arapoti.

2 — Este projeto de lei já devidamente estudado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável.

3 — A proposição se nos afigura oportuna e quanto ao aspecto financeiro, objeto de estudo nesta oportunidade, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, daí nos manifestarmos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de 10 de 1973.

ass. ilegível — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Instrução Pública

PARECER ao

PROJETO DE LEI N.º 151-73

Autor: Deputado João C. Fadel

Assinado pelo ilustre deputado João C. Fadel, a presente proposição visa autorizar o Poder Executivo a transferir para o sistema Estadual de Ensino o Ginásio Municipal "Rui Barbosa", da cidade de Arapoti.

No âmbito desta Comissão, não vemos óbice para a aprovação da medida.

Sala das Comissões, em de de 1974.

ass. ilegível — Presidente

IVO ROCHA — Relator

ass. ilegíveis

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 173-73, de autoria do Dep. Fuad Nacli, que autoriza o Poder Executivo doar para a Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, o imóvel com características que especifica, situado no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, Comarca de Cascavel, da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 172-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Autoriza o Poder Executivo a doar para a Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, o imóvel abaixo caracterizado:

"Totalidade da quadra n.º 16 — Reserva para Escola — do loteamento Cidade Braganey, com área de 8.000,00 m², sem benfeitorias, localizado no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, Comarca de Cascavel".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1973.

(a) — Fuad Nacli.

#### JUSTIFICATIVA:

O referido imóvel foi doado em dezembro de 1969 ao Estado do Paraná, para que se construísse uma Unidade Escolar, o que até a presente data não foi efetivado. Estando, atualmente, aprovado pelo Conselho da Fundepar, a construção de uma Unidade Escolar no terreno citado e, estando esta Fundação impedida de construir em próprios de outros, a doação é a melhor maneira de se equacionar o problema, visando o atendimento às crianças em idade escolar.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N.º 172-73

AUTOR: Deputado Fuad Nacli

PARECER

Submete-se à apreciação desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, autorizando o Poder Executivo a doar para a Fundação Educacional do Paraná FUNDEPAR, o imóvel constituído da totalidade da quadra n.º 16 Reserva para Escola — do loteamento Cidade Braganey, com área de 8.000,00 m², sem benfeitorias, localizado no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, Comarca de Cascavel.

Conforme justifica o eminente autor da Proposição, o referido imóvel foi doado ao Estado do Paraná, em dezembro de 1969, para que se construísse uma Unidade Escolar, medida que até a presente data não foi concretizada.

Considerando-se, ainda, que o Conselho da Fundepar aprovou a construção de uma Unidade Escolar no terreno citado, estando a proposição escorreita tanto sob o aspecto formal, constitucional e jurídico entendendo justa, oportuna a iniciativa, opino pelo ACOLHIMENTO da mesma, para ulterior trâmite regimental, nos termos do Substitutivo anexo, atendendo a melhor técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões em

ass. ilegível — Presidente

IVO THOMAZONI — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Constituição e Justiça

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 172-73

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, o imóvel abaixo caracterizado:

"Totalidade da quadra n.º 16 — Reserva para Escola do loteamento Cidade Braganey, com área de 8.000,00 m², sem benfeitorias, localizado no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, Comarca de Cascavel".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

ass. ilegível — Presidente

ass. ilegível — Relator

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N.º 172-73

AUTOR: Dep. Fuad Nacli.

PARECER:

O presente projeto de lei, já devidamente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, é matéria meramente autorizatória, não apresenta nenhum impedimento de ordem financeira.

Nosso parecer é pela aprovação de acordo com o substitutivo apresentado.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1973.

ass. ilegível — Presidente

ass. ilegível — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Terras, Colonização e Imigração

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 172-73

I) — A Comissão de Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre todos os assuntos relativos ao problema imigratório, à colonização e aproveitamento das terras devolutas, recuperação e utilização das terras inaproveitadas.

II) — Todavia, levando-se em consideração que a Fundação Educacional do Paraná já aprovou a construção de uma Unidade escolar no terreno objeto



deste Plano de Lei, nada impede que proceda-se essa doação, pois trata-se de uma transferência a um órgão do Estado.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1974.

as. Ilegível — Presidente

IRIS CALDART — Relator

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 227-73, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que dá nova redação ao artigo 53 e seus parágrafos, da lei Complementar n.º 2, de 22-6-73. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### Projeto de Lei n.º 227-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — O art. 53 e seus parágrafos, da Lei Complementar n.º 2, de 22 de junho de 1973, passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 53 — No caso de vaga, impedimento ou licença de Vereador, o Presidente convocará imediatamente o suplente.

§ 1.º — O suplente convocado deverá tomar posse dentro de trinta dias.

§ 2.º — Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de quarenta e oito horas, ao Tribunal Regional Eleitoral."

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1973.

(a) — ALVARO DIAS

#### JUSTIFICAÇÃO:

A presente Alteração está baseada na lei orgânica de São Paulo, que abriga dispositivo idêntico. Não é somente por ser adotado em São Paulo, que se recomenda a inclusão na lei orgânica dos municípios paranaenses, mas sobretudo porque a sua legitimidade e constitucionalidade foram proclamadas pelo Supremo Tribunal Federal, julgando representação contra a mencionada norma (cf. Diário da Justiça — 118-72 — pgs. 5.123).

Os benefícios políticos da medida são inegáveis, uma vez que, assim a composição numérica das Câmaras Municipais pode ser mantida íntegra, apesar dos impedimentos ou vagas eventualmente existentes.

Ganha com isso o povo, que estará todo sempre representado e a Câmara que, completa, poderá exercer suas funções em plenitude.

Rep. 874 — SP — Rel. Min. Bilac Pinto,

Rpte. Procurador Geral da República.

Rpdo. Governador do Estado de São Paulo.

Decisão: Adiado o julgamento por haver pedido vista o Min. Thompson Flores, depois dos votos do Relator e do Min. Antonio Neder, pela improcedência. — Plenário, 23-3-72.

Decisão: Julgada improcedente, unânime.

Impedido o Sr. Min. Xavier de Albuquerque, votou o Presidente. — Plenário, 4-5-72.

EMENTA — Vereador, Convocação de suplente. Não há vício de inconstitucionalidade no artigo 23 do Decreto-Lei n.º 9-69, do Estado de São Paulo, que determina a convocação do suplente no caso de vaga ou de licença do vereador.

Publicado no Diário da Justiça, de 11 de agosto de 1972 — fls. 5.123 n.º 153.

#### LEI COMPLEMENTAR N.º 2

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### SUBSEÇÃO 3.º

#### DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE

Art. 53. Nos casos de vaga... vetado... ou investidura em qualquer dos casos mencionados no artigo 57, der-se-á a convocação do suplente.

§ 1.º — Se o mandato for gratuito: convocar-se-á também, o suplente, em qualquer caso de licença do titular.

§ 2.º — O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de trinta dias.

§ 3.º — Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de quarenta e oito horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.

#### TÍTULO VI

#### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 148 — Enquanto não for criado o órgão auxiliar da fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios o Tribunal de Contas do Estado auxiliará as Câmaras Municipais nesse encargo.

Art. 149 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, expressamente, a Lei n.º 64, de 21 de fevereiro de 1948.

Palácio do Governo em Curitiba, em 18 de junho de 1973.

aa) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

MARIO FARACO

Secretário do Interior e Justiça.

#### Comissão de Constituição e Justiça

#### PROJETO DE LEI N.º 227-73

AUTOR: Deputado Alvaro Dias.

#### PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em testilha, de autoria do nobre Deputado ALVARO DIAS, é de dar nova redação ao Art. 53 e seus parágrafos, da Lei Complementar n.º 2, de 22 de junho de 1973.

A medida enfocada que pela presente proposição se pretende incluir na Lei Orgânica dos municípios paranaenses, já foi motivo de decisão pelo Supremo Tribunal Federal, quando a sua legitimidade e constitucionalidade foram pelo mesmo proclamadas, ao julgar representação contra a mencionada norma (cf. Diário da Justiça — 118-72 — pgs. 5.123).

A referida alteração baseia-se na Lei Orgânica de São Paulo que abriga dispositivo idêntico, segundo a justificativa do autor do presente Projeto.

A iniciativa se me afigura das mais oportunas, considerando que no caso de vaga, impedimento ou licença de Vereador, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o suplente, o qual deverá tomar posse dentro de 30 dias, garantindo, assim a composição numérica das Câmaras Municipais que se manterão íntegras, apesar dos impedimentos ou vagas eventualmente existentes.

Não havendo suplente em caso de vaga, estabelece ainda o Projeto, que o Presidente da Câmara comunicará o fato dentro de quarenta e oito horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.

Constitucionalmente, legalmente e formalmente, o Projeto é escoreito.

Faço as considerações acima expendidas, opino pelo **ACOLHIMENTO** da medida.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974.

as. Ilegível — Presidente

SEBASTIAO RODRIGUES JR. — Relator

as. Ilegíveis

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando seja reincluído na Ordem do Dia, a Mensagem Governamental, Projeto de Lei n.º 36-74, que prevê a gratificação de produtividade. — Ao Sr. 1.º Secretário para verificar se o Projeto está em condições de ser reincluído na Ordem do Dia.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, com o devido respeito, devo informar a V. Exa. que o Deputado Quielso Crisóstomo Presidente da Comissão de Finanças, acaba de relatar o Projeto de lei n.º 36-74 e me comunicou, durante esta Sessão, que o devolvia, neste instante, à Divisão das Comissões. Portanto, estaria em condições de ser reincluído na Ordem do Dia da próxima Sessão, dependendo de V. Exa. determinar sua inclusão.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a Questão de Ordem formulada pelo nobre Deputado Ivo Thomazoni, cumpre-me dizer que mantenho despaço. E, ao mesmo tempo, solicito da referida Comissão o encaminhamento, o mais rápido possível, à Mesa para que seja incluído na Ordem do Dia.

O SR. IVO THOMAZONI — Curvo-me ante a decisão sábia de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Coronel Luiz Barbosa Wolf, em virtude de haver assumido o Comando do 15.º Grupo de Artilharia de Campanha. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que sejam apresentados estudos visando reajuste de vencimentos dos médicos contratados pelo Hospital da Polícia Militar do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo oficial à Sunab no Paraná, no sentido de que sejam tabeladas as tarifas cobradas pelos estabelecimentos particulares em todas as cidades com mais de cem mil habitantes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja transmitido o apelo desta Casa para que sejam feitos estudos e tomadas medidas necessárias à revisão da nossa política turística, aos srs. Presidente da Embratur e Presidente da Paranatur. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos srs. Deputados Iris Caldart e Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Srs. Deputados, com a finalidade de representarem este Poder Legislativo na cidade de Foz do Iguaçu, de 6 a 8 do corrente mês, no Encontro Ruralista. — **Aprovado.** — Designo os srs. Deputados Iris Caldart, Odilon Reinhardt e Ivo Rocha, para integrem a referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quarta-feira à Hora Regimental, com a seguinte:

#### ORDEM DO DIA:

3.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 250-71, 38-72, 92-72, 169-72, 182-72, 184-72, 90-73, 271-73 e 293-73.

2.ª Discussão — 205-72, 73-73, 151-73, 172-73 e 227-73.

1.ª Discussão — 219-73, 236-73, 238-73 e 239-73.

Levanta-se a Sessão.

#### PORTARIAS:

#### PORTARIA N.º 117-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3.157-74, de 22 de abril de 1974, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — revogar a Portaria n.º 22-74, de 23 de fevereiro de 1974, que designou o funcionário MANOEL DIAS, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa; e

II — relatar o funcionário acima citado no Gabinete da Primeira Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de abril de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 145-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3472-74, de 30 de abril de 1974, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3-74, de 15 de janeiro de 1974, a SILVIO RODOLFO LIEGEL, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 146-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3532-74, de 2 de maio de 1974, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3-74, de 15 de janeiro de 1974, a ERNESTO PERACETTA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 147-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3311-74, de 25 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3-74, de 15 de janeiro de 1974, a WILSON RAMOS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 148-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3850-74, de 13 de maio de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3-74, de 15 de janeiro de 1974, a FABIANO SIQUEIRA CUNHA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 149-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3860-74, de 13 de maio de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a NEY RODRIGUES, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 05 de maio de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio  
7.ª Legislatura — 4.ª Sessão Legislativa

ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do Senhor Deputado Antonio Maciel. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE RESOLUÇÃO n.º 15-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 02-73, que aprova o convênio celerado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, com intervenção do Instituto de Planejamento Econômico e Social, Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., objetivando o desenvolvimento das Agro-Industriais Paranaenses, Relator Senhor Deputado Antonio Maciel, parecer — favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 30-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 74-73, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Curitiba, visando a implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Relator Senhor Deputado Basílio Zanusso, parecer — favorável — aprovado. — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 38-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 200-72, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando o desenvolvimento do Plano de Combate a Raiva dos Herbívoros, utilizando a Vacina Era. Relator Senhor Deputado Aryzone Araujo, parecer — favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Marlene Couto de Cristo. Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) ANTONIO MACIEL — Presidente

a) Marlene Couto de Cristo — Secretária